|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| C:\Users\Gustavo Almeida\AppData\Local\Microsoft\Windows\INetCache\Content.Word\logo-nppg-peq.png | **Revista Gestão e Gerenciamento**  **Site: www.nppg.org.br/gestaoegerenciamento** | http://localhost/gestaoegerenciamento/public/journals/1/homepageImage_pt_BR.jpg |

Cidade histórica de ouro preto: A formação de um ideal de símbolo nacional

*Historic City Of Ouro Preto: The Formation Of An Ideal Of National Symbol*

LIBERATO, Daniele Cristina

(1) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, danny-liberato@hotmail.com

**Informações do Artigo**

*Histórico:*

*Recebimento: 16 Mar 2021*

*Revisão: 20 Mar 2021*

*Aprovação:05 Abr 2021*

*Palavras-chave:**Tipping, Ouro Preto, Colonial Cities.***Resumo:**

*O objetivo deste estudo é analisar, a partir do caso de Ouro Preto, os processos de tombamento no Brasil, tratando especialmente da formação das chamadas Cidades Históricas. Tal tombamento tendia a pré-estabelecer certas produções arquitetônicas, tomadas como ideias, como símbolo nacional, muitas vezes apagando, por meio de demolições, outras intervenções posteriores que eram também, no entanto, a mesma ação do homem sobre seu espaço urbano. Nesse sentido, esta pesquisa busca abordar a relação entre a preservação da paisagem ambiental urbana e a própria dinâmica urbana no interior do espaço.*

**Abstract:**

The objective of this study is to analyze, from the case of Ouro Preto, tipping processes in Brazil, especially dealing with the formation of so-called Historic Cities. Such tipping tended to pre-establish certain architectural productions, taken as ideas, as a national symbol, often erasing, through demolitions, other later interventions which were also, however, the same action of man on its urban space. In this sense, this research seeks to address is the relationship of the preservation of urban environmental landscape and the very urban dynamics within the space.

1. **Introdução**

Este presente trabalho trata da construção histórica da cidade de Ouro Preto, primeira do país classificada como monumento nacional e patrimônio da humanidade pela UNESCO. Tal cidade mostra características de construções coloniais brasileiras, sob colonização portuguesa, que se distanciam consideravelmente daquelas que passaram por influências hispano-americanas.

O caso de Ouro Preto tem grande importância para a discussão sobre o processo de tombamento no país, uma vez que, para valorizar os elementos que se consideravam como ideais, como o barroco colonial, tido como uma obra genuína brasileira pela corrente modernista que lideravam os primeiros processos de tombamento no país. Outras estruturas arquitetônicas, como as neoclássicas, eram então desconsideradas.

De fato, os primeiros tombamentos, desde a criação do SPHAN, procuravam de alguma forma criar uma ideia de identidade nacional. Por este motivo, a valorização do barroco não se dá de forma aleatória. A obra do período colonial refletia o momento de formação nacional, enquanto a ação academia de artes brasileira do século XIX tinha forte influência das correntes estrangeiras, segundo o que se acreditava os modernistas brasileiros.

Mas estas construções de cidades coloniais, no entanto, no que se referia a um conjunto como um todo, possuía grandes problemas. No caso das cidades de colonização da América Espanhola, a partir das *Leyes Generales de los Reynos de Índias*, a Coroa procurava construir em suas coloniais, cidades mais regulares, com certa unidade e seguindo certa linha geométrica – mesmo que nem sempre este sistema se adequasse ao território –, construindo uma praça principal, onde normalmente ficava a catedral, concentrando no seu entorno outras construções públicas, reunindo assim o poder publico e espiritual da cidade e centralizando a cidade em espaços mononucleares, com limites bem definidos. Tais construções eram chamadas de *Plaza Mayor* ou *Plaza das Armas*.

Diferente, contudo, das cidades hispano-americanas, as cidades brasileiras, desde as áreas litorâneas como Salvador e Rio de Janeiro, tiveram sua construção menos planejada, tendo acontecido, portanto, de forma mais desordenada. Tais cidades tem sua constituição mais linear, construídas em uma estrutura poli-nuclear e com contorno indefinido. Neste caso, ao invés de um núcleo, o crescimento da cidade se dá gradualmente, geralmente ligado a um eixo sobre o qual a cidade vai se organizando com comércios e residências – por exemplo, acompanhando o caminho de uma estrada de ferro.

Por este motivo, para a convivência urbana, as igrejas passavam a estabelecer, nestes espaços, o papel fundamental nas cidades: ao invés de grandes praças, como a *Plaza Mayor*, a igreja concentra o convívio urbano no seu entorno. Ela própria passa a ser o núcleo da cidade, tendo cada cidade, portanto, diversos núcleos. Neste sentido, não só essas igrejas organizam a vida urbana, mas estruturavam a própria paisagem local.

Outro exemplo consiste no arruamento em xadrez, que surgiu na Europa e encontrou solo americano com as coloniais espanholas, enquanto as cidades de colonização portuguesa, organizadas de forma irregular, muitas vezes seguiam os padrões de grandes fortificações, tais como àquelas do período feudal europeu. Tal irregularidade se dá principalmente pela ausência de planejamento na formação das cidades: as construções iam surgindo no seguimento dos focos econômicos, aonde também o comércio poderia se estabelecer.

Ouro Preto foi formada com a união de dois povoados que ficavam em lados opostos da cidade: Antônio Dias e Pilar, diferente do que ocorre com a criação de cidade planejada. A formação da cidade se dá próximo às encostas, fugindo de ventos fortes e enchentes, tendo se formado, a partir dos próprios obstáculos físicos, em curvas: cidade situada a 1100 metros acima do nível do mar, em formato muito íngreme, tendo poucos terrenos planos e marcado pela dureza de solo, o que dificultava suas construções.

Como Ouro Preto recebeu grande número de imigrantes devido à exploração do ouro, especialmente de imigrantes portugueses, houve um grande crescimento da cidade e da vida intermediária entre senhores e escravos. Havia a presença marcante de burocratas destinados da Corte para controle da exploração mineradora, com o crescimento da cidade e da economia local, havia também grande presença de diferentes tipos de comercio em crescente expansão.

Com o crescimento da cidade, as casas são feitas para serem vistas, exaltando a condição social de seus usuários, mas seguindo a formação irregular das ruas, enfileiradas, se alinhado aos limites laterais dos terrenos. Vale ressaltar que em 20 anos, entres 1701 e 1721, Ouro Preto passou por grande crescimento, se tornando, no final deste período, em capital da província das Minas Gerais.

Apesar do esgotamento da exploração do ouro no inicio do século XIX, a cidade continuava a se manter firmemente, dadas suas funções administrativas como capital de Minas Gerais e de formação cultural do país tendo desde o inicio daquele século uma formação universitária na cidade. Mas, com o deslocamento da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte após Proclamação da República, a cidade sofre um importante declínio.

1. Objetivos

Ao analisarmos área de uma cidade histórica podemos compreender o próprio processo urbanístico em um tombamento: preservar não é somente guardar, especialmente espaços urbanos onde a própria dinâmica social se encontra em constante transformação. O objetivo, portanto, deste trabalho é levantarmos em debate as dificuldades de preservação e manutenção de regiões de tombamento tão amplos que compreendem toda uma cidade, considerando, por fim, que as mesmas passam por constantes mudanças e tem suas próprias necessidades.

1. **Resultado**

Apesar de sofrer grande declínio no final do século XIX, a cidade de Ouro Preto é redescoberta na década de 20 no século XX, com a preocupação modernista de valorização de identidade nacional. Diferente do que ocorre com outros países em que este tipo de movimento de valorização ocorre por aqueles mais conservadores, no Brasil, ao contrário, a valorização do barroco brasileiro, portanto, de um passado e de uma história, ocorre pelo próprio movimento modernista.

Não poderia, naquele momento, ser diferente: havia no movimento modernista brasileiro certo desprezo pelo movimento classicista e pela atuação de uma “arte estrangeira” no Brasil. A necessidade de um reconhecimento de uma arte genuinamente brasileira faz estes intelectuais verem na arte barroca como aquilo que deveria essencialmente ser valorizados e não por coincidência que as estas construções são no início dos tombamentos no Brasil as que ganham os primeiros olhares das instituições de patrimônio cultural, como o SPHAN.

Tal ato, levando em conta que o tombamento ocorrido em Ouro Preto é praticamente iniciado quase que imediatamente após o a criação da SPHAN, na década de 40, os princípios tomados para esta cidade acabaram sendo adotados em todo o Brasil. Sendo assim, a cidade é tombada como cidade histórica levando em conta elementos que são valorizados segundo o seu “Valor Estético” e não “Histórico”.

Em outras palavras, os tombamentos, desde seu principio, visavam preservar conjuntos arquitetônicos segundo seu “Valor Estético”, por isso, o destaque a uma determinada produção arquitetônica, e não pela própria importância histórica do monumento. Isto levará a ação de preservação de espaços idealizados e não somente aqueles dos quais deveriam constituir o local da identificação de uma memória social reconhecidamente nacional.

No caso de Ouro Preto, na busca inclusive de um local de símbolo nacional, a ação do SPHAN foi decisiva no sentido de impedir os avanços urbanos que poderiam valorizar, portanto, a história local, pela manutenção de homogeneidade imagética da cidade. Neste sentido, o SPHAN determina a remoção de construções consideradas inadequadas para a cidade e passa avaliar as novas construções levando em conta que mantivessem as mesmas características arquitetônicas daquelas originais do século XVIII.

O resultado é uma cidade híbrida, tanto com construções modernas imitando as características coloniais, mescladas as construções originais. Na tentativa de se preservar uma determinada característica de cidade, as ações do SPHAN culminaram na criação de uma cidade totalmente idealizada, espaços de um falso histórico, como trataria Brandi para obras de arte[[1]](#endnote-1), onde as intervenções contemporâneas se misturam àquelas do século XIX, como se toda a cidade tivesse sido construída no mesmo momento.

Um exemplo deste processo se encontra no Largo do Coimbra. Se por um lado, próximo a esta construção, temos a Praça Tiradentes, talvez um dos poucos exemplares arquitetônicos oriundos efetivamente de planejamento urbano em sua construção, similar talvez aqueles das *Plaza Maior*, em que os prédios administrativos vão circundando a praça; por outro lado, o Largo do Coimbra, que segue a Igreja São Francisco de Assis, onde se havia instaurado um importante local de comércio, acabou sendo completamente modificado a partir da ação do SPHAN.

Um mercado havia se estabelecido no Largo, segundo a construção neoclássica no século XIX. Mas, com a politica proposta pelo SPHAN de valorização da Igreja de São Francisco de Assis, não só vai ser retirado os elementos neoclássicos do mercado, por se considerado como em desarmonia com o conjunto da igreja – construindo ainda um local de isolamento para igreja – como o mercado chegou a ser desativado a fim de apagar os vestígios da arquitetura considera inferior.

Atualmente, no Largo de Coimbra, no entanto, mesmo sem sua arquitetura original, se retomou sua função original, voltando a venda de produtos. Mas, as atividades não são os mesmos tais quais do século XIX. Ao lugar da troca comercial da população local, o novo mercado tem um comércio destinado à expansão do turismo na região. Este fator faz com que a própria população rejeite o lugar por não ser destinado efetivamente a um espaço de seu uso.

Isto também demonstra a dualidade da importância do turismo: por um lado ajuda na valorização da região, por outro tende a modificar o uso dos seus espaços e nem sempre a população se adequa a estas mudanças uma vez que reclama para si uso de locais que considera de sua memória coletiva.

No caso de Ouro Preto a que se ressaltar, no caso do turismo, a dificuldade de acomodação dessa atividade, no impedimento de construções antigas, que nem sempre tem possibilidade de receber todo o fluxo populacional, tanto do ponto de vistas das acomodações, como em hotéis, como da própria estrutura da cidade. Grandes eventos, por exemplo, como o carnaval, com grande fluxo de pessoas, causam grande danos as ruas estreitas de Ouro Preto, além do problema na alta sonorização que tende a prejudicar as construções antigas.

A cidade passou ainda por importante transformação, na década de 50, com a exploração do alumínio. Construções de habitações em áreas periféricas foram adaptadas no arredor da cidade no intuito de receber a população trabalhadora desta industrialização: era o urbanismo funcional em contraste direto com o tradicional. Com o passar do tempo, contudo, nem mesmo as construções periféricas deram conta do fluxo populacional e a situação de moradia de sua própria população se tornou um problema.

Por outro lado, ainda, se a politica do SPHAN visava valoriza as construções coloniais tidas como ideias, teremos as suas exceções, como no caso do Grande Hotel. A Construção do hotel, inicialmente proposto para um concurso, teve projeto de Carlos Leão, de caráter mais neocolonial reprovado, enquanto o projeto de Oscar Niemeyer teve sua aprovação do próprio Lúcio Costa. Suas linhas modernas destoam de seu entorno e geraram grande discussão desde sua construção, por se tratar de uma das primeiras inserções de construções modernistas em cidades históricas.

Esses acontecimentos mostram também o aspecto de conflito nas diferentes instâncias de um determinado bem, pois embora a construção do hotel fosse de grande importância para cidade, sua definição não se dá dentro do seu espaço, mas é imposta pelo órgão que pretende preservar seus valores. Este tipo de relação de diversificadas núcleos políticos, trazem mais um conflito para o interesse das cidades históricas.

É preciso compreender, como trata Moraes “*A memória se constitui como poder, com um contrato e uma luta pela imposição de uma hegemonia”*[[2]](#endnote-2)*.* Tal fator é significativo uma vez que se trata de poder, pois estabelece valor estéticos específicos, que acabam sendo idealizados; é um contrato porque ao se colocado como símbolo nacional, acaba fazendo parte do cotidiano, sendo aceito, portanto, por um grupo; e torna-se uma luta, ao ser, por fim, uma imposição.

Quanto objeto de poder, devemos lembrar sobre o papel da politica, neste caso. Le Goff trata da relação de lembrança e esquecimento como um ato de conflito de classes, sobretudo, em localidades que se considera como sociedades históricas.[[3]](#endnote-3) Isto significa dizer que esses valores estéticos e históricos que tanto se procura valorizar em um contexto nacional nem sempre caracteriza hegemonia a população de uma forma geral, na medida em que destaca um aspecto social especifico.

A memória social deveria, ao menos por principio, tratar do cotidiano das pessoas e dos grupos sociais, pela sua tradição, incorporando assim os espaços dos quais se referem a este valor coletivo, conforme trata Nora[[4]](#endnote-4), daí, por exemplo, grandes conflitos por espaço como ocorre no caso do Largo de Coimbra em Ouro Preto, fazendo com que tal localidade ainda seja protegida como espaço coletivo, mas, na verdade, não se refere mais para a população local como lugar identitário.

A Carta de Nara[[5]](#endnote-5) foi estabelecida em 1994, na cidade de Nara, no Japão, que estabelece elementos que falam sobre a autenticidade de um determinado patrimônio, levando em conta o pensamento proveniente do espirito da Carta de Veneza, de 1964, mas que atualiza seu questionamento, considerando 30 anos após a Carta de Veneza as novas temáticas contemporâneas para compreensão das questões patrimoniais.

Tal contemporaneidade se encontra em extrema disparidade na medida em que busca a todo o momento a sua afirmação nacionalista, ao mesmo tempo em que é devidamente atingida pela ação cada vez mais constante da globalização e seus efeitos para os valores identitários, cada vez mais esparsos. Considerar uma identidade coletiva autentica torna-se imprescindível para um conjunto geral, especialmente no que diz respeito à conservação.

Ao mesmo tempo, no entanto, que se possa considerar toda essa diversidade patrimonial e cultural, segundo o que trata a UNESCO, o patrimônio cultural, que é de cada um, passa a ser de todos, dai a importância para a identificação no sentido de uma memória coletiva.

Neste sentido, a autenticidade de um patrimônio se torna de grande importância, uma vez que, como já trata a Carta de Veneza, é o principal indício – ou pelo menos seu principio primeiro – de atribuição de valores ao patrimônio, que pode lhe garantir a construção no sentido mais amplo dessa construção mundial de identidade.

Isto ocorre, pois, mesmo que possa se variar o entendimento entre uma característica de uma cultura e de outra, a autenticidade pertence a um campo de elementos do qual se encontra a essência do que ali primeiramente fora representado – sendo, portanto, o que se procura dentro de um plano de conservação – e seu reconhecimento cultural acabam por se torna de uma natureza especifica, pois é imutável, não depende de uma compreensão entre um e outro. Ele simplesmente é.

O que muda, a partir disto, é como fazer os levantamentos relativos a ele, daí a grande urgência, sempre, nas análises de gestão conservatória, que podem ou não estabelecer a um determinado bem um valor, na medida em que essa autenticidade possa ser compreendida como relevante, portanto, para o todo.

Ainda sobre as cartas patrimoniais, a cidade de Ouro Preto foi estabelecida na década de 80 Patrimônio Mundial pela UNESCO, conforme as convenções da mesma, sendo inscrita em uma Lista do Patrimônio Mundial de patrimônios naturais e culturais de relevância mundial. Em primeira estância, a critério de ser classificado para tal, deve ser analisado, pois, a partir do *Valor Universal Excecional* do patrimônio tanto natural quanto cultural, estabelecendo que este possa possuir tamanha relevância que é capaz inclusive de ultrapassar os limites das próprias fronteiras locais e nacionais.

A lista, sobretudo, estabelece elementos culturais e naturais que considera de valor identitário mundial, o que significa dizer que determinado bem nacional, não necessariamente terá o mesmo valor no nível universal. Neste sentido, segundo esta convenção, considerando o valor de autenticidade como trata a Carta de Nara, se considera patrimônio cultural elementos monumentais – arquitetônicos, escultóricos ou de pinturas – conjuntos de construções ou sítios de obras humanas, desde que lhes seja atribuído valor estético e histórico, com devido *Valor Universal Excecional*.

Tais atribuições de níveis internacionais vieram ainda mais a destacar os valores dos quais se procurou determinar na cidade de Ouro Preto. Outro exemplo destes efeitos pode ser visto na cidade de Mariana e mostram-nos diretamente um dos grandes conflitos ainda muito atuais para a preservação dos espaços urbanos, especialmente aqueles das cidades históricas: a preservação destes espaços não pode – ou não deveriam – congelar as transformações sociais desses locais, apagando, todavia, a própria memória social, que não é construída em um único momento de sua historia.

Em uma pesquisa realizada na cidade de Mariana, vizinha a Ouro Preto e também alvo das ações do SPHAN, mostram que a população valoriza a moradia na cidade pequena – com aspectos de dia-a-dia, como moradia, segurança e outros aspectos cotidianos –, mas, que consideram a valorização de tombamento destes espaços tradicionais como desfavoráveis para cidade. A cidade, ao invés de ser incrementada com novos elementos modernistas, se mantem inalterada, influenciando, portanto, a vida das pessoas que efetivamente vivem nessas regiões, que não podem usufruir do local que vivem para seu beneficio: estão, na verdade, o tempo todo sujeitas ao desconforto de dependerem da vontade governamental para decidirem a própria vida urbana.

O turismo, muitas vezes, para essas localidades constitui uma importante alavanca econômica para região, mas também tendem a estabelecer os espaços que devem ser valorizados e nem sempre a população local se relaciona bem com seus efeitos. Por outro lado, da própria paisagem ambiental urbana, no que se refere à constituição arquitetônica, o que se pode analisar é que, na verdade, todas as intervenções urbanas também fazem parte da memoria coletiva e não só aquele que é privilegiada pelos órgãos responsáveis.

Como, então, respeitar a ambiência de determinado espaço, sem impedir o desenvolvimento urbano ou criar espaços falsos mesmo que estes possam parecer harmoniosos? Este certamente é um grande desafio das politicas de preservação até os dias de hoje. Tomando o caso do Largo do Coimbra como exemplo, a grande perda está no fato de se privilegiar uma determinada construção estética, desprezando o valor histórico e a própria identidade do local. É preciso, portanto, compreender que as muitas intervenções no espaço também fazem parte da memória de um determinado local e que a historia de um lugar tem tanto valor quanto a sua composição estética.

podemos perceber que as diferentes etapas

1. **Considerações Finais**

Existe uma grande problematização ao lidar de cidade histórica, sob o risco primeiro de idealização destes espaços a tal ponto que a construção histórica da cidade acaba sendo apagada em virtude de um determinado “valor estético”.

A cidade, todavia, não pode ser congelada. E, portanto, um plano de preservação deve levar em conta essas várias nuances de um lugar e, sobretudo, as próprias necessidades de transformação urbana, considerando a memória social em um âmbito mais amplo, como no sentido nacional, mas sem perder de vista a própria população que faz uso e a importância de preservação dos bens culturais, em sentido oposto.

Preservação dos bens patrimônios, a importância do turismo para valorização da cidade, a constante dinâmica da própria malha urbana, as necessidades da população, a usabilidade dos bens tombados; tudo constitui um imenso desafio para a politica de gestão de uma cidade histórica no sentido de unir os mais diversificados interesses, especialmente daqueles que acabam tendo efeitos diversos, como o caso do turismo.

Certamente o caso de Ouro Preto ainda nos dias de hoje constitui um dos principais exemplos deste desafio brasileiro sobre as politicas de gestão publica dos bens culturais materiais preservados e das ações de valorização da memoria social de uma nação e de uma memoria coletiva e os efeitos de aplicabilidade das politicas patrimonialistas no país ainda tomam como modelo da metodologia utilizada neste bem cultural, o que, por fim, só vem a encadear ainda mais a importância deste bem cultural.

1. Referências Bibliográficas

1. BRANDI, Cesare. ***Teoria da Restauração****.* Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. [↑](#endnote-ref-1)
2. MORAES, Nilson Alves de. ***Memória Social: Solidariedade orgânica e disputas de sentido*.** In.: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). O que é Memória Social? Rio [↑](#endnote-ref-2)
3. [↑](#endnote-ref-3)
4. BAETA, Rodrigo Espinha. *A configuração da cidade colonial hispano-americana e o problema do barroco.* XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Salvador, 2005.

   CASTRIOTA, Leonardo Barci. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: *Patrimônio Cultural – Conceitos, politicas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009, p.p. 131-152.

   DVORÁK, Max. *Catecismo da Preservação de Monumento.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

   LE GOFF, J. *História e Memória.* São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

   PEREIRA, Julia Wagner. O tombamento: de instrumento a processo na construção de uma ideia de nação.In: *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Org. Márcia Chuva e Antônio Gilberto Ramos Nogueira. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2012, p.159 a 170,

   POULOT, D. *Uma história do Patrimônio no Ocidente.* São Paulo: Estação Liberdade; 2009.

   SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um "antigo moderno". Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.4 p.125-63 jan./dez. 1996. [↑](#endnote-ref-4)
5. [↑](#endnote-ref-5)